

11
2014

BEO RAM

**BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

**GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA**



Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	9
2.3. Despesa	12
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	23
5. Conceitos aplicados.....	25
6. Siglas e abreviaturas.....	26
7. Índice de Quadros	27

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de outubro de 2014.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de 2014 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro - outubro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	863.876,3	349.910,7	21.494,1	910.153,3
Impostos diretos	267.774,4	554,3	0,0	268.328,8
Impostos indiretos	383.047,8	52,4	0,0	383.100,2
Contribuições de Segurança Social	4.115,2	0,0	0,0	4.115,2
Outras receitas correntes	208.938,8	349.304,0	21.494,1	254.609,2
Transferências correntes	185.551,4	342.782,0	0,0	203.205,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	181.860,2	3.136,4	0,0	184.996,6
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	325.127,8	0,0	0,0
Receita de capital	87.348,0	36.442,2	11.326,8	127.841,8
Venda de bens de investimento	29,3	0,5	419,3	449,1
Transferências capital	67.249,1	36.374,6	10.905,4	107.253,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	273,2	676,8	0,0	950,0
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	5.545,7	1.729,5	0,0
Receita efetiva	951.224,3	386.352,9	32.820,9	1.037.995,2
Despesa corrente	1.154.026,7	348.558,9	32.036,7	1.209.494,5
Consumo público	488.832,8	107.011,5	18.430,7	614.274,9
Despesas com o pessoal	295.790,4	25.266,3	10.565,7	331.622,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	193.042,4	81.745,2	7.865,0	282.652,6
Subsídios	10.237,8	10.377,3	0,0	20.615,1
Juros e outros encargos	287.709,5	3.826,4	7.130,1	298.666,0
Transferências correntes	367.246,5	227.343,8	6.475,9	275.938,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	1.439,9	0,0	1.439,9
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	325.122,4	5,4	0,0	0,0
Despesa de capital	112.213,3	34.325,8	12.869,8	152.133,8
Investimento	82.809,4	577,4	12.869,8	96.256,7
Transferências de capital	29.404,0	33.748,4	0,0	55.877,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	8.489,0	1.575,0	0,0	10.064,1
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	7.275,2	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	1.266.240,0	382.884,7	44.906,5	1.361.628,3
Saldo global	-315.015,7	3.468,2	-12.085,6	-323.633,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-290.150,4	1.351,8	-10.542,5	-299.341,2
Despesa corrente primária	866.317,2	344.732,5	24.906,6	910.828,5
Saldo corrente primário	-2.440,9	5.178,1	-3.412,4	-675,2
Saldo de capital	-24.865,3	2.116,4	-1.543,1	-24.292,0
Despesa primária	978.530,5	379.058,4	37.776,4	1.062.962,3
Saldo primário	-27.306,2	7.294,5	-4.955,5	-24.967,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de outubro de 2014, o saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 323,6 em milhões de euros. O saldo primário ascende a -25,0 milhões de euros e

o saldo de capital é deficitário em 24,3 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 1.361,6 milhões de euros e a uma despesa primária de 1.063,0 milhões de euros. A receita efetiva ascendeu a 1.038,0 milhões de euros.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado nos primeiros dez meses de 2014, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -315,0 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 426,7 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância é motivada pela diminuição das despesas de capital, cuja dinâmica foi motivada, em 2013, pela liquidação substancial de encargos transitados no âmbito do empréstimo de 1.100 milhões de euros com o aval do Estado. Em paralelo, verificou-se um aumento acentuado da *despesa corrente*, que se traduz numa variação homóloga de 342,7 milhões de euros, fundamentalmente em virtude da utilização do empréstimo com o aval da República para a regularização de valores em dívida de juros e outros encargos, no montante de 219,6 milhões de euros, e do acréscimo das transferências correntes para os Serviços e Fundos Autónomos face ao registado até outubro de 2013, essencialmente para fazer face a despesas no âmbito da saúde e dos apoios ao desenvolvimento empresarial e ao emprego. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 28,1% face ao período homólogo de 2013, com a receita *efetiva* também a evoluir negativamente (-6,7%). O *saldo de capital* apresenta-se deficitário não tendo, contudo, um impacto significativo no *saldo global*. Concretamente, o *saldo corrente* evidenciado nos primeiros dez meses do ano ascendeu a -290,2 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* registado um défice de -24,9 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 32,3 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, enquanto que na vertente corrente a *receita* aumentou 1,5%, em termos homólogos, a *despesa* aumentou 42,2%, fundamentalmente devido ao pagamento de encargos correntes transitados de anos anteriores. O *saldo global* evidenciado no final de outubro resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou -6,7%, influenciada pela evolução registada ao nível da componente de capital (-48,3%), e de um decréscimo da *despesa efetiva* (-28,1%), o qual, foi condicionado no sentido descendente pela evolução das despesas de capital (-88,2%) e das outras transferências correntes (-2,3%) e, no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*, em especial das *transferências correntes- administrações públicas* e das despesas com *juros e outros encargos*. Da informação disponível para os primeiros dez meses de 2014, sobressai que quase 30% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (340,9 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de 1,5%, e descendente na componente de capital, materializada numa variação de -48,3% face a 2013, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro - outubro)			€ Milhares
	2013	2014	VH (%)
Receita corrente	851.009,7	863.876,3	1,5
Receitas fiscais	614.478,3	650.822,3	5,9
Impostos diretos	284.514,9	267.774,4	-5,9
Impostos indiretos	329.963,4	383.047,8	16,1
Outras receitas correntes	236.531,4	213.054,1	-9,9
Receita de capital	168.933,9	87.348,0	-48,3
Receita efetiva	1.019.943,6	951.224,3	-6,7
Despesa corrente	811.347,8	1.154.026,7	42,2
Despesas com o pessoal	279.512,2	295.790,4	5,8
Aquisição de bens e serviços	171.060,4	184.178,8	7,7
Juros e outros encargos	39.852,1	287.709,5	621,9
Transferências correntes	312.129,2	367.246,5	17,7
Administrações Públicas	268.997,3	325.122,4	20,9
Outras	43.131,9	42.124,2	-2,3
Subsídios	7.961,5	10.237,8	28,6
Outras despesas correntes	832,5	8.863,6	964,7
Despesa de capital	950.330,0	112.213,3	-88,2
Investimento	920.844,6	82.809,4	-91,0
Transferências de capital	29.485,4	29.404,0	-0,3
Administrações Públicas	15.128,5	15.764,3	4,2
Outras	14.356,9	13.639,7	-5,0
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	1.761.677,8	1.266.240,0	-28,1
Saldo global	-741.734,2	-315.015,7	57,5
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	39.661,9	-290.150,4	-831,6
Saldo de capital	-781.396,1	-24.865,3	96,8
Saldo primário	-701.882,1	-27.306,2	96,1
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	15.708,4	36.017,0	129,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ O *saldo primário* foi de -27,3 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 674,6 milhões de euros relativamente aos primeiros dez meses de 2013;
- ◆ Verifica-se um acréscimo do *saldo de capital*, cristalizado numa variação homóloga de 756,5%;
- ◆ A variação homóloga do *saldo global* resulta da trajetória descendente da

receita, a par de um decréscimo pronunciado da *despesa*. Com efeito, enquanto a *receita efetiva* diminuiu, em termos homólogos, 68,7 milhões de euros no final de outubro de 2014, a *despesa efetiva* diminuiu 495,4 milhões de euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado até final de outubro de 2014 de -315,0 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -290,2 milhões de euros e num saldo de capital de -24,9 milhões de euros. A dinâmica da despesa é influenciada pela utilização

do empréstimo com o aval da República, cuja aplicação em 2014 foi dirigida ao pagamento de juros e outros encargos correntes relativos a dívidas de anos anteriores a fornecedores, no valor de 219,6 milhões de euros, sendo que, em 2013, a utilização do empréstimo foi afeta a despesas de capital.

- ♦ O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de outubro do subsector do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (outubro)			€ Milhares
	2013	2014	VH (%)
Receita corrente	133.505,1	129.493,9	-3,0
Receitas fiscais	77.050,1	78.541,2	1,9
Outras receitas correntes	56.455,0	50.952,7	-9,7
Receita de capital	5.278,5	9.812,8	85,9
Receita efetiva	138.783,6	139.306,7	0,4
Despesa corrente	114.541,9	110.618,9	-3,4
Despesas com o pessoal	28.243,2	27.745,0	-1,8
Aquisição de bens e serviços	48.337,3	43.003,3	-11,0
Juros e outros encargos	332,5	349,8	5,2
Despesa de capital	51.903,2	13.354,1	-74,3
Investimento	48.333,2	11.476,2	-76,3
Transferências de capital	3.570,0	1.877,9	-47,4
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	166.445,0	123.973,0	-25,5
Saldo global	-27.661,4	15.333,7	155,4
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	18.963,3	18.875,0	-0,5
Saldo de capital	-46.624,6	-3.541,3	92,4
Saldo primário	-27.328,8	15.683,4	157,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ♦ A execução orçamental relativa ao mês de outubro expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para os primeiros dez meses de 2014.

Com efeito, apesar da *receita efetiva* ter registado um decréscimo de 0,4% face ao evidenciado no mês de outubro do ano anterior, o decréscimo

evidenciado do lado da *despesa efetiva* (-25,5%), condicionou a formação de um saldo global superavitário em outubro de 2014, tendo-se registado uma melhoria de 43,0 milhões face ao mês homólogo de 2013. Em concreto, o *saldo global* evidencia

que a *receita efetiva* superou a *despesa efetiva* em 15,3 milhões de euros, para o qual contribuiu o saldo corrente excedentário em 18,9 milhões de euros, parcialmente anulado pelo saldo de capital (-3,5 milhões de euros).

♦ 2.2. Receita

- ♦ A *receita efetiva* do Governo Regional variou -6,7% em 2014, em virtude do comportamento evidenciado pelas *receitas não fiscais*, que registaram uma variação de -25,9%. O acréscimo em termos homólogos, das *receitas fiscais* (5,9%), absorveu, apenas de forma parcial, o efeito da dinâmica evidenciada pelas *receitas não fiscais*. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (16,1%), motivada pela variação na arrecadação das receitas provenientes dos *impostos sobre o valor acrescentado* (23,7%), em virtude da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de -5,9% em termos homólogos;
- ♦ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -25,9% face ao ano de 2013 reflete, fundamentalmente, uma diminuição da *receita de capital*, motivada pelo decréscimo na realização de receita proveniente de *Transferências de capital* e pela redução evidenciada nas *Outras receitas de capital*, em virtude do facto de em 2013 a Região ter arrecadado 80 milhões de euros com a privatização da ANAM, S.A.. Ao nível da componente *corrente*, o decréscimo evidenciado resulta fundamentalmente da evolução verificada ao nível das *Transferências correntes*, e ao nível da arrecadação de *Taxas, multas e outras penalidades*.
- ♦ A *receita fiscal* fixou-se nos 650,8 milhões de euros, no final de outubro de 2014, refletindo um acréscimo de 5,9% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal*

acumulada no final dos primeiros dez meses de 2014 resulta da trajetória ascendente dos *impostos indiretos* (16,1%), parcialmente afetada pela

evolução descendente verificada ao nível dos *impostos diretos* (-5,9%);

- ♦ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro - outubro)			€ Milhares
	2013	2014	VH (%)
Receita fiscal	614.478,3	650.822,3	5,9
Impostos Diretos	284.514,9	267.774,4	-5,9
IRS	166.854,4	184.886,5	10,8
IRC	112.961,8	82.887,1	-26,6
Outros	4.698,7	0,8	-100,0
Impostos Indiretos	329.963,4	383.047,8	16,1
ISP	43.346,1	43.237,3	-0,3
IVA	229.334,0	283.620,1	23,7
ISV	3.299,4	4.347,9	31,8
Imposto de consumo sobre o tabaco	24.703,5	28.603,2	15,8
IABA	4.752,6	4.493,7	-5,4
Outros	24.527,8	18.745,6	-23,6
Imposto de Selo	21.642,4	15.591,2	-28,0
IUC	2.613,5	2.434,8	-6,8
Receita não fiscal	405.465,3	300.402,1	-25,9
Receita efetiva	1.019.943,6	951.224,3	-6,7

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A evolução dos impostos diretos de 2013 para 2014 foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares* (IRS) – regista-se um acréscimo face ao ano de 2013, que acende a 10,8%;
- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (IRC) – verifica-se uma variação de -26,6% relativamente a 2013.

As variações ocorridas refletem as atualizações ao nível da fiscalidade direta

decorrentes das obrigações impostas pelo PAEF acordado entre a Região e a República Portuguesa, assim como incorporam a adaptação à Região das alterações previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, do Orçamento do Estado para 2014. Relativamente ao decréscimo verificado ao nível do IRC, assinala-se como principal fator explicativo o aumento das deduções à coleta com origem na transição de empresas que se encontravam no regime de isenção para um regime de tributação,

reforçado pelas alterações legislativas em vigor, a par do acréscimo dos reembolsos devolvidos ao setor empresarial.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um aumento na receita arrecadada até outubro de 2014 face ao registado em 2013 (23,7%). Esta evolução deriva da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas;
- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 31,8% face ao período homólogo de 2013;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou uma diminuição de 28,0%;

- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um acréscimo de 15,8% comparativamente a 2013;

- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – verifica-se um decréscimo de 0,3% face ao ano transato.

A **receita não fiscal** apresenta uma variação de -25,9%, em grande medida influenciado pela diminuição das *Transferências correntes*, em particular das provenientes do Estado, justificada, fundamentalmente pela alteração do método de cálculo estabelecido na nova Lei das Finanças Regionais.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, relativa aos anos de 2013 e 2014:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro - outubro) € Milhares

	2013	2014	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	614.478,3	650.822,3	73,5%
Receita não fiscal	405.465,3	300.402,1	81,1%
Correntes	236.531,4	213.054,1	92,9%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.334,0	4.115,2	73,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17.900,5	15.193,1	58,7%
Rendimentos da Propriedade	1.213,3	1.938,1	107,7%
Transferências Correntes	204.547,1	185.551,4	100,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	8.443,9	5.311,6	57,1%
Outras Receitas Correntes	1.092,5	944,7	62,3%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	168.933,9	87.348,0	61,8%
Venda de Bens de Investimento	48,6	29,3	0,4%
Transferências de Capital	84.349,5	67.249,1	64,4%
Outras Receitas de Capital	80.000,0	19.500,0	80,2%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	4.535,8	569,6	11,4%
Receita efetiva	1.019.943,6	951.224,3	75,7%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 2.3. Despesa

A *despesa efetiva* acumulada do Governo Regional diminuiu 28,1% entre 2013 e 2014, tendo apresentado um grau de

execução de 66,7%, mais 4,2 pontos percentuais (p.p.) do que o executado até outubro de 2013.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro - outubro)

€ Milhares

	2013	2014	2013	2014	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	811.347,8	1.154.026,7	54,0	80,4	42,2
Despesas com o pessoal	279.512,2	295.790,4	77,3	81,5	5,8
Remunerações Certas e Permanentes	232.006,0	238.519,6	78,7	83,1	2,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.595,9	1.952,2	50,5	51,6	22,3
Segurança social	45.910,3	55.318,7	72,0	76,6	20,5
Aquisição de bens e serviços correntes	171.060,4	184.178,8	76,1	82,5	7,7
Juros e outros encargos	39.852,1	287.709,5	11,4	80,5	621,9
Transferências correntes	312.129,2	367.246,5	65,9	78,2	17,7
Administrações Públicas	268.997,3	325.122,4	65,8	80,2	20,9
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	268.870,0	325.122,4	65,8	80,2	20,9
Administração Local	127,2	0,0	97,5	0,0	-100,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	43.131,9	42.124,2	66,6	65,6	-2,3
Subsídios	7.961,5	10.237,8	70,4	80,3	28,6
Outras despesas correntes	832,5	8.863,6	1,0	87,6	964,7
Despesa corrente primária	771.495,7	866.317,2	67,0	80,3	12,3
Despesa de capital	950.330,0	112.213,3	72,1	24,3	-88,2
Investimento	920.844,6	82.809,4	92,0	33,7	-91,0
Transferências de capital	29.485,4	29.404,0	41,6	42,3	-0,3
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	1.761.677,8	1.266.240,0	62,5	66,7	-28,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	15.708,4	36.017,0	43,4	56,2	
Passivos financeiros	210.179,7	241.672,5	84,1	93,6	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2013 para 2014 foram os seguintes:

- ♦ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 376,3 milhões de euros;
- ♦ Aumento da despesa com pessoal de 5,8%, em grande medida explicado pelo pagamento dos salários líquidos das reduções remuneratórias a que se

refere o art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013 (LOE), a par do pagamento do subsídio de férias no mês de junho, sendo que, em 2013, a reposição dos subsídios de férias foi efetuada em Novembro, tendo ficado sem efeito o disposto no art.º 29.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, por força das decisões vertidas no acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional;

- ◆ Acréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *aquisição de bens e serviços correntes* (7,7%), em termos homólogos, que derivam, em larga medida, dos encargos realizados com as SCUTS;
- ◆ Aumento da despesa com *juros e outros encargos* (621,9%) decorrentes de pagamentos de despesas de anos anteriores;
- ◆ Acréscimo das *transferências correntes* (17,7%);
- ◆ Despesa com *subsídios* ascendeu a 10,2 milhões euros até outubro de 2014;
- ◆ Acréscimo na execução da rubrica relativa a *outras despesas correntes* (8,0 milhões de euros);
- ◆ Decréscimo da despesa de capital (-88,2%), a que estão associados as diminuições nas despesas com a *Aquisição de bens de capital* (-91,0%);
- ◆ As despesas *correntes* realizadas até ao final de outubro de 2014 representam 91,1% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *despesa corrente* relativa a encargos de anos anteriores ascenderam a 331,7 milhões de euros e a *despesa corrente primária* corresponde a 68,4% da despesa efetiva. Comparativamente ao período homólogo, as *despesas correntes* aumentaram o seu peso relativo na *despesa efetiva* em 45,1 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro - outubro)			€ Milhares
	2013	2014	Peso na estrutura em 2014
Funções Gerais de Soberania	58.308,5	65.793,9	5,2
Serviços Gerais da Administração Pública	51.835,2	59.011,3	4,7
Segurança e Ordem Públicas	6.473,3	6.782,5	0,5
Funções Sociais	669.705,7	680.395,8	53,7
Educação	274.843,2	274.602,7	21,7
Saúde	240.408,3	287.512,2	22,7
Habituação e Serviços Coletivos	105.015,2	89.963,1	7,1
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	49.439,1	28.317,8	2,2
Funções Económicas	991.741,0	232.361,0	18,4
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	28.907,0	30.050,9	2,4
Indústria e Energia	1.000,1	1.227,9	0,1
Transportes e Comunicações	938.196,0	173.511,7	13,7
Comércio e Turismo	19.045,3	18.708,5	1,5
Outras Funções Económicas	4.592,5	8.862,0	0,7
Outras Funções	39.784,7	287.689,4	22,7
Operações da Dívida Pública	39.784,7	287.689,4	22,7
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	1.759.539,8	1.266.240,0	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	15.708,4	36.017,0	2,8
Funções Gerais de Soberania	10.665,5	12.415,4	1,0
Funções Sociais	2.742,2	13.582,1	1,1
Funções Económicas	2.300,7	10.019,5	0,8
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	210.179,7	241.672,5	19,1
Outras Funções	210.179,7	241.672,5	19,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ♦ A apreciação da estrutura da *despesa* pela ótica funcional permite comprovar o relevo das *funções sociais* na execução da despesa, representando 53,7% do total, seguindo-se as *outras funções* (22,7%), as *funções económicas* (18,4%), e as *funções gerais de soberania* (5,2%).
- ♦ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *educação* (274,6 milhões de euros) e à *saúde* (287,5 milhões de euros), que representam 40,4% e 42,3% das despesas em *funções sociais*, respetivamente. As despesas com a *educação* aumentaram cerca de 0,2 milhões de euros, enquanto que na *saúde* o montante despendido revelou-

se superior ao do ano precedente em 47,1 milhões de euros.

- ◆ Nas *outras funções*, os 287,7 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando um acréscimo de 623,1% face à execução registada em 2013, o que resulta essencialmente da utilização do empréstimo de 1.100 milhões de euros;
- ◆ As despesas com as *funções económicas* decresceram nos primeiros dez meses de 2014, face à realização de 2013, cristalizando uma diminuição de 759,4 milhões de euros em termos homólogos. Esta variação foi motivada, em grande medida, pelo elevado volume de pagamentos efetuados em 2013, em particular para regularizar encargos transitados, com enquadramento nos *investimentos do Plano*;
- ◆ Nas *funções gerais de soberania* a execução ascendeu a 65,8 milhões de euros, o que representou uma variação de 12,8% face ao registado até final de outubro de 2013, com os *serviços gerais da administração pública*, que apresentam um acréscimo de 13,8%, a condicionarem a evolução registada;
- ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica,

ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional do Plano e Finanças, com 468,8 milhões de euros, dirigidos, fundamentalmente, a despesas associadas ao pagamento de *juros e outros encargos* e ao pagamento das SCUTS. A despesa realizada pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, ascendeu a 303,5 milhões de euros, dos quais 98,9% correspondem a *transferências correntes* (destinadas maioritariamente à área da Saúde). Segue-se a Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 295,6 milhões de euros (*despesa efetiva*), dos quais 76,9% dizem respeito às *despesas com o pessoal*. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 1,2 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a *despesas com o pessoal* (884,5 mil euros). As *transferências* para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, a 12,1 milhões de euros nos primeiros dez meses de 2014.

O quadro VII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro - outubro)

€ Milhares									
	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	12.074,8	1.165,0	37.791,4	452.043,1	34.902,2	27.678,4	303.311,7	285.060,1	1.154.026,7
Despesas com o pessoal	0,0	884,5	21.235,2	14.263,5	22.435,4	7.805,4	1.873,6	227.292,8	295.790,4
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	708,3	16.953,3	11.191,4	17.858,6	6.178,9	1.424,2	184.204,9	238.519,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	15,4	244,3	272,5	271,5	168,4	87,8	892,2	1.952,2
Segurança social	0,00	160,8	4.037,7	2.799,6	4.305,2	1.458,1	361,6	42.195,6	55.318,7
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	280,4	6.812,5	146.599,5	2.764,0	7.941,7	1.275,2	18.505,6	184.178,8
Aquisição de bens	0,00	39,2	1.014,0	573,0	300,3	1.429,3	2,3	6.994,6	10.352,6
Aquisição de serviços	0,00	241,2	5.798,4	146.026,5	2.463,7	6.512,4	1.272,9	11.511,1	173.826,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,2	287.689,4	8,6	0,0	0,0	11,4	287.709,5
Transferências correntes	12.074,8	0,0	1.201,2	3.327,1	7.767,8	3.526,7	300.162,9	39.186,1	367.246,5
Administrações Públicas	12.074,8	0,0	1.177,4	1.454,6	4.150,9	0,0	298.231,6	8.033,0	325.122,4
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	12.074,8	0,0	1.177,4	1.454,6	4.150,9	0,0	298.231,6	8.033,0	325.122,4
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	23,7	1872,5	3.616,9	3.526,7	1.931,3	31.153,1	42.124,2
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	1.850,8	8.387,0	0,0	0,0	10.237,8
Outras despesas correntes	0,0	0,0	8.542,5	163,7	75,6	17,7	0,0	64,1	8.863,6
Despesa de capital	0,0	0,0	78.060,7	16.788,6	4.920,9	1.688,6	181,6	10.572,9	112.213,3
Investimento	0,0	0,0	72.456,3	9.872,3	208,1	127,7	0,0	145,1	82.809,4
Transferências de capital	0,0	0,0	5.604,4	6.916,3	4.712,8	1.560,9	181,6	10.427,9	29.404,0
Administrações Públicas	0,0	0,0	5.211,3	6.916,3	1.892,9	1.530,0	181,6	32,2	15.764,3
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.772,2	0,0	0,0	0,0	1.772,2
Administração Regional	0,0	0,0	5.211,3	199,5	120,7	1.530,0	181,6	32,2	7.275,2
Administração Local	0,0	0,0	0,0	6.716,8	0,0	0,0	0,0	0,0	6.716,8
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	393,1	0,0	2.819,9	30,9	0,0	10.395,7	13.639,7
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	12.074,8	1.165,0	115.852,1	468.831,7	39.823,0	29.367,0	303.493,3	295.633,0	1.266.240,0
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	12.415,4	2.467,5	10.019,5	10.254,6	860,0	36.017,0
Passivos financeiros		0,0	0,0	2.41672,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2.41672,5
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	120.901,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ◆ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até 31 de outubro de 2014, situou-se em -12,1 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (10,6 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (6,7 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (7,1 milhões de euros) e com *transferências correntes* (6,5 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 32,0 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* – que totalizou 12,9 milhões de euros – contribuiu de forma menos intensa para o défice evidenciado no final de Outubro. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 21,5 milhões de euros, enquanto que a componente de capital ascendeu a 11,3 milhões de euros.
- ◆ Verifica-se um agravamento no *saldo global* das EPR de 1,4 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR			€ Milhares	
			setembro	outubro
Empresas Públicas Reclassificadas			-10.636,2	-12.085,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 3,5 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 325,1 milhões de euros, o que representa 84,2% da *receita efetiva*. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via

de capital nos primeiros dez meses de 2014 (82,7%), sendo que, na componente corrente, 92,9% provêm das *transferências* da APR. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 96,1% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro - outubro)			€ Milhares
	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	3.468,2	-12.085,6	-8.617,4
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	379.058,4	37.776,4	416.834,8
Saldo primário	7.294,5	-4.955,5	2.339,0
Saldo corrente	1.351,8	-10.542,5	-9.190,8
Saldo de capital	2.116,4	-1.543,1	573,3
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	381,2	640,3	1.021,6
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	24.299,2	24.299,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo aos primeiros dez meses de 2014, totalizou -8,6

milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelas EPR, cujo *saldo global*

ascendeu a -12,1 milhões de euros, anulado parcialmente pelo *saldo global* evidenciado pelos SFA, que atingiu 3,5 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram,

respetivamente, -9,2 e 0,6 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 416,8 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 2,3 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro - outubro)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	349.910,7	21.494,1	371.404,8
Impostos diretos	554,3	0,0	554,3
Impostos indiretos	52,4	0,0	52,4
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.446,9	7.350,3	9.797,3
Transferências Correntes	342.782,0	0,0	342.782,0
União Europeia	14.503,8	0,0	14.503,8
Outras transferências	328.278,2	0,0	328.278,2
Venda de bens e serviços correntes	3.059,7	3.932,9	6.992,6
Outras Receitas Correntes	1.015,3	10.210,9	11.226,3
Receita de capital	36.442,2	11.326,8	47.769,0
Venda de bens de investimento	0,5	419,3	419,8
Transferências de capital	36.374,6	10.905,4	47.280,0
União Europeia	30.152,0	9.175,9	39.328,0
Outras transferências	6.222,5	1.729,5	7.952,0
Outras Receitas de Capital	4,3	0,0	4,3
Receita efetiva	386.352,9	32.820,9	419.173,8
Despesa corrente	348.558,9	32.036,7	380.595,6
Despesas com o pessoal	25.266,3	10.565,7	35.831,9
Aquisição de bens e serviços	81.664,8	6.720,8	88.385,6
Juros e outros encargos	3.826,4	7.130,1	10.956,5
Transferências correntes	227.343,8	6.475,9	233.819,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	1.439,9	0,0	1.439,9
Outras transferências	225.903,9	6.475,9	232.379,8
Subsídios	10.377,3	0,0	10.377,3
Outras despesas correntes	80,4	1.144,2	1.224,6
Despesa de capital	34.325,8	12.869,8	47.195,7
Investimento	577,4	12.869,8	13.447,3
Transferências de capital	33.748,4	0,0	33.748,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	382.884,7	44.906,5	427.791,3
Saldo global	3.468,2	-12.085,6	-8.617,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ♦ Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de outubro, dos SFA e das EPR, ascende a -2,0 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido -1,3 milhões de euros e o de *capital*, -0,8 milhões de euros. A

despesa primária fixou-se nos 42,3 milhões de euros e o *saldo primário* em -1,3 milhões de euros.

- ♦ A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (outubro)

€ Milhares

	outubro 2014	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
Receita corrente	31.985,4	2.213,8
Impostos diretos	53,6	0,0
Impostos indiretos	4,1	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	31.927,6	2.213,8
Transferências correntes	31.166,6	0,0
Receita de capital	4.930,4	1.910,2
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	4.926,7	1.908,6
Receita efetiva	36.915,8	4.124,0
Despesa corrente	32.155,8	3.300,1
Consumo público	10.040,7	2.194,6
Despesas com o pessoal	2.311,2	907,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	7.729,5	1.287,3
Subsídios	754,7	0,0
Juros e outros encargos	308,6	457,9
Transferências correntes	21.051,7	647,6
Despesa de capital	5.351,7	2.273,4
Investimento	66,4	2.273,4
Transferências de capital	5.285,3	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	37.507,5	5.573,4
Saldo global	-591,7	-1.449,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O quadro XIII apresenta os saldos de outubro dos subsetores do Governo Regional, SFA, e EPR – em diferentes óticas:

Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	outubro 2014	janeiro-outubro 2014	outubro 2014	janeiro-outubro 2014
Saldo global	15.015,2	-309.818,1	13.292,5	-323.633,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	18.704,6	-288.798,6	17.618,2	-299.341,2
Despesa corrente primária	111.304,3	885.922,0	114.146,5	910.828,5
Saldo corrente primário	19.362,9	2.737,3	18.734,5	-675,2
Saldo de capital	-3.689,3	-21.019,4	-4.325,7	-24.292,0
Despesa primária	128.794,9	1.025.185,9	133.910,4	1.062.962,3
Saldo primário	15.673,6	-18.282,2	14.408,8	-24.967,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ♦ O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), em termos acumulados ascendeu a -288,8 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -21,0 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende a -18,3 milhões de euros até outubro de 2014.

- ♦ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até outubro de 2014 foi de 910,2 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 1.209,5 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita

atingiu os 127,8 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 152,1 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 1.038,0 milhões de euros,

com a *despesa efetiva* a atingir os 1.361,6 milhões de euros.

- ♦ O quadro XIV expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR			€ Milhares	
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	outubro 2014	janeiro-outubro 2014	outubro 2014	janeiro-outubro 2014
Receita corrente	130.667,3	888.659,2	132.881,0	910.153,3
Impostos diretos	31.790,8	268.328,8	31.790,8	268.328,8
Impostos indiretos	46.808,2	383.100,2	46.808,2	383.100,2
Contribuições de Segurança Social	350,0	4.115,2	350,0	4.115,2
Outras receitas correntes	51.718,4	233.115,0	53.932,1	254.609,2
Transferências correntes	48.165,3	203.205,6	48.165,3	203.205,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	47.725,0	184.996,6	47.725,0	184.996,6
Receita de capital	13.801,2	118.244,5	15.438,2	127.841,8
Venda de bens de investimento	0,0	29,8	0,0	449,1
Transferências capital	13.644,8	98.078,0	15.280,1	107.253,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	422,3	950,0	422,3	950,0
Receita efetiva	144.468,5	1.006.903,7	148.319,2	1.037.995,2
Despesa corrente	111.962,7	1.177.457,9	115.262,8	1.209.494,5
Consumo público	80.825,3	595.844,3	83.019,9	614.274,9
Despesas com o pessoal	30.056,2	321.056,7	30.963,5	331.622,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	50.769,2	274.787,6	52.056,4	282.652,6
Subsídios	2.034,7	20.615,1	2.034,7	20.615,1
Juros e outros encargos	658,4	291.535,9	1.116,3	298.666,0
Transferências correntes	28.444,3	269.462,6	29.091,9	275.938,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	174,5	1.439,9	174,5	1.439,9
Despesa de capital	17.490,5	139.263,9	19.763,9	152.133,8
Investimento	11.542,6	83.386,8	13.816,0	96.256,7
Transferências de capital	5.947,9	55.877,1	5.947,9	55.877,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	768,6	10.064,1	768,6	10.064,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	129.453,3	1.316.721,8	135.026,7	1.361.628,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O *passivo* acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de outubro de 2014, ascendia a 1.167,0 milhões de euros, dos quais, 68,1% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 26,2% do montante do *passivo* verificado;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de outubro de 2014, correspondem a 364,4 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (78,0%) e às EPR (14,9%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 26,6% do total do Passivo e 56,3% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de outubro de 2014, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de outubro de 2014 (valores acumulados) € Milhares

Total	outubro de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	897.016,16	594.348,34	265.329,52	-26,63%	-24,82%	-19,45%
Despesas com Pessoal	3.492,44	3.380,66	52,41	20,24%	21,31%	-27,49%
Aquisições de Bens e Serviços	311.004,34	307.889,73	205.203,95	-13,59%	-13,39%	-8,73%
Juros e outros encargos	352.622,36	72.908,05	56.992,02	-36,70%	-52,04%	-38,81%
Transferências Correntes	212.009,58	201.127,97	3.070,10	-20,54%	-21,26%	-6,85%
Subsídios	17.845,83	9.000,30	0,00	-35,55%	-46,07%	-100,00%
Outras Despesas Correntes	41,61	41,61	11,03	-99,49%	-99,49%	-99,86%
Despesas de Capital	270.020,53	250.168,69	99.051,11	-10,00%	-7,18%	-49,70%
Aquisições de Bens de Capital	197.674,22	193.318,43	95.778,20	-2,55%	-2,61%	-50,08%
Transferências de Capital	72.346,31	56.850,26	3.272,92	-25,55%	-19,96%	-35,36%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	1.167.036,70	844.517,03	364.380,63	-23,35%	-20,34%	-30,77%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	outubro de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	566.656,30	267.920,76	215.144,35	-29,61%	-28,94%	-21,26%
Despesas de Capital	228.108,17	219.243,90	69.186,21	-13,04%	-9,38%	-59,41%
Total	794.764,47	487.164,66	284.330,56	-25,53%	-21,29%	-35,91%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	outubro de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	297.401,86	293.500,62	25.760,35	-22,21%	-22,43%	-4,85%
Despesas de Capital	8.470,30	240,53	0,00	13,45%	151,09%	-100,00%
Total	305.872,16	293.741,15	25.760,35	-21,53%	-22,39%	-5,03%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	outubro de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	32.958,00	32.926,96	24.424,82	-6,46%	-6,41%	-16,08%
Despesas de Capital	33.442,06	30.684,26	29.864,90	10,58%	11,65%	12,96%
Total	66.400,07	63.611,22	54.289,72	1,41%	1,51%	-2,26%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

♦ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-outubro)	5
QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-outubro)	7
QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (outubro)	8
QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro)	10
QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro)	12
QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-outubro)	13
QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-outubro)	15
QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-outubro)	17
QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	18
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro)	19
QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro)	20
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (outubro)	21
QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	21
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	22
QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)	23
QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)	24
QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)	24
QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de outubro de 2014 (valores acumulados)	24



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2014

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: novembro de 2014

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 |
Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

